

As eleições de 1994 e a polêmica sobre o novo governo

Ricardo Guedes
Ferreira Pinto

Ph. D. em Ciências Políticas pela
Universidade de Chicago, e Diretor do
Instituto de Pesquisa SENSUS.

É interessante notar que após perder a Revolução Constitucionalista de 1932, a elite política e empresarial paulista criou em 1934 a Universidade de São Paulo-USP, no sentido de, segundo seus fundadores, retomar a hegemonia política nacional, não mais pelo poder da força, mas sim através da atuação de uma elite academicamente treinada e capacitada.

As Eleições Presidenciais de 1994 trazem alguns pontos que merecem especial atenção por parte dos analistas e políticos, que configuram os limites e possibilidades do novo Governo, e a viabilidade político-eleitoral dos partidos de representação popular.

As Eleições de 1994

Em primeiro lugar, a eleição de Fernando Henrique Cardoso deveu-se, basicamente, ao voto de endosso ao Plano Real.

Durante o período pré-eleitoral, as intenções de voto em Luís Inácio Lula da Silva tiveram por origem três tipos de voto: (a) voto de identificação partidária espontânea com o PT; (b) voto de setores mais pobres da população, mas sem identificação espontânea com o PT; e (c) setores das classes médias, atingidas pelo processo inflacionário.⁽¹⁾

Dentro de um contexto político onde a questão da renda e de sua distribuição prevaleceu sobre os demais critérios, como a questão das composições partidárias no caso da aliança PFL-PSDB, o eleitorado, ao perceber o Plano Real como positivo e eficaz, optou por uma estratégia mais moderada e imediata de alocação de voto, em comparação com o voto de maior "risco" em Lula e no PT, e de suas possíveis reformas sociais.

Desta forma, durante o período pré-eleitoral Lula obteve cerca de 45% das intenções de voto nas Pesquisas para o eleitorado total; e, ao final do Primeiro Turno, Fernando Henrique obteve 54% dos votos válidos, descontando-se as abstenções, brancos e nulos. No que se refere ao total do eleitorado, entretanto, o percentual de Fernando Henrique foi de aproximadamente 35%, e o percentual de

Lula cerca de 18%, com 15% de identificação partidária espontânea com o PT no eleitorado total. Os demais Candidatos obtiveram cerca de 12%. Observe-se aqui que o percentual de abstenção, brancos e nulos foi de aproximadamente 35%, equivalente ao obtido por Fernando Henrique. Neste sentido, a votação em Fernando Henrique expressa uma base majoritária de voto de 35% para o total do eleitorado nacional.

Hegemonia Política Nacional

Em segundo lugar, verifica-se hoje, por um lado, a relativa ascensão ao poder de grupo social representativo das classes médias, acadêmicas e profissionais, em composição com os setores empresariais e políticos mais conservadores do país. Por outro lado, verifica-se hoje uma significativa alteração da hegemonia política nacional do Rio de Janeiro para São Paulo.

É significativo o fato de que, nestas eleições, as classes políticas e empresariais mais conservadoras do país não tenham concorrido com Candidato oriundo de seus próprios meios, resultando na aliança eleitoral PSDB-PFL, com maior representatividade dos interesses das classes médias profissionais e em geral, embora essa aliança encerre conflitos de difícil solução.

Adicionalmente, não apenas tivemos os dois Candidatos com maiores percentuais de voto nas Eleições Presidenciais provenientes de São Paulo, mas, a não ser pela breve passagem de Jânio Quadros na Presidência da República, São

1 - Pesquisas Nacionais e Estatuais, pré-eleitorais e eleitorais, nas Eleições de 1994, do Instituto de Pesquisa SENSUS.

Paulo assume hoje proeminente destaque na hegemonia política nacional. É interessante notar que após perder a Revolução Constitucionalista de 1932, a elite política e empresarial paulista criou em 1934 a Universidade de São Paulo-USP, no sentido de, segundo seus fundadores, retomar a hegemonia política nacional, não mais pelo poder da força, mas sim através da atuação de uma elite academicamente treinada e capacitada.⁽²⁾ Sessenta anos depois, a USP cumpre o ideário político de seus fundadores, enquanto o Rio de Janeiro, embora por distintas razões que não cabem aqui serem analisadas, coexiste politicamente hoje com uma intervenção federal militar na sua estrutura.

Possibilidades e Limites do Novo Governo

Em terceiro lugar, o maior ou menor êxito do Governo Fernando Henrique Cardoso dependerá, basicamente, dos seguintes fatores: (a) evolução do Plano Real; (b) evolução das possíveis alianças no Congresso; (c) condições internacionais de integração econômica do Brasil na "nova ordem" mundial; e (d) eficiência e eficácia das possíveis reformas a serem implantadas.

A estabilidade política e econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso dependerá, fundamentalmente, da eficiência e eficácia do Plano Real no controle da inflação e manutenção de níveis minimamente adequados de renda.

Numa conjunção de propostas neo-liberais e social-democratas, o Governo encontrará, por um lado, condições internacionais favoráveis à implementação de uma política econômica neo-liberal no Brasil, e condições internas propícias com a eleição dos Governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro pelo PSDB, e de outros Estados.

No âmbito internacional, se por um lado a crise do México gera dúvidas sobre a consolidação e estabilidade de uma "nova ordem" econômica mundial, por outro lado o ideário da agenda neo-liberal persiste como o paradigma recomendado para a organização da economia em geral, onde a "efici-

Numa conjunção de propostas neo-liberais e social-democratas, o Governo encontrará, por um lado, condições internacionais favoráveis à implementação de uma política econômica neo-liberal no Brasil, e condições internas propícias com a eleição dos Governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro pelo PSDB, e de outros Estados.

ência" econômica é definida em termos neo-clássicos, como indicativo da eficiência média dos diversos países na produção de bens e relações de troca.⁽³⁾ Entretanto, a aplicação do paradigma neo-liberal à economia mundial implica na maior oligopolização da economia, já que a eficiência média dos diversos países na produção de bens e relações de troca são diferenciadas. Teoricamente, a globalização do paradigma neo-liberal somente poderia se concretizar no caso da coincidência ou equivalência entre os projetos políticos e econômicos dos diversos países com os pressupostos ideológicos inerentes à agenda neo-liberal, o que não se verifica na prática, como no caso do recente aumento das alíquotas de importação no Brasil, e demais políticas protecionistas por parte dos países em geral.⁽⁴⁾

No que tange ao Plano Real, a redução das reservas cambiais do Brasil de cerca de 40 para 30 bilhões de dólares desde o início de sua implantação, sendo 15 destes 30 bilhões em capital especulativo internacional, com uma inflação acumulada de 27% pelo IPC-r nos últimos 9 meses, e o controle relativo do processo inflacionário através da "âncora" cambial sem a

contrapartida da geração de superávit fiscal, são indicadores das dificuldades que o Plano irá se deparar em sua tentativa de consolidação, com consequências na distribuição de renda.

Ao nível político, o Governo deparar-se-á com a questão do clientelismo da divisão de cargos públicos nas alianças políticas no Congresso e no equilíbrio regional, em sua tentativa de transformar o Brasil em um capitalismo "moderno", ou menos oligopólico. Sendo o Estado o principal ator econômico do país, seja através de sua atuação direta na economia ou indireta via concessões e contratos, a obtenção e divisão de cargos constituiu-se na mola mestra das ações político-eleitorais e pós-eleitorais de grupos econômicos e de interesse, e dos partidos em geral, mais especificamente dos grupos e partidos conservadores.

A alteração deste perfil ao nível do Congresso conta com dois tipos de dificuldades. Primeiro, a motivação individual dos eleitos na obtenção de cargos não necessariamente coincide, ou mesmo contrapõe-se, à suposta lógica da fidelidade partidária. Segundo, o PSDB conta com 12% dos Deputados Federais e 12% dos Senadores no Congresso, com dificuldades para a formação de uma base parlamentar majoritária do voto.⁽⁵⁾

Ao nível da representação regional, as diferenças nas proporções das bancadas são também sig-

2 - J. Mesquita Filho, *Aula Inaugural da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 1958*, in: *Política e Cultura*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1969, pp. 198-199. Ver também: S. Schwartzman, *As Ciências Naturais no Brasil*, FINEP, Rio de Janeiro, 1978. E: S. Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional*, Editora Diefel, São Paulo, 1975.

3 - Para a definição de "eficiência" em termos neo-clássicos, ver: A. A. Alchian e W. R. Allen, *University Economics. Elements of Inquiry*, Wadsworth Publishing Company, Belmont, 1972, p. 214. Ver também: J. M. Henderson e R. E. Quandt, *Microeconomic Theory. A Mathematical Approach*, McGraw-Hill Book Company, Nova Iorque, 1958, p. 222.

4 - R. G. F. Pinto, *Party, Choice and Ideology. A Case Study of Brazilian Politics. 1922-1945*, Universidade de Chicago, Chicago, 1982, pp. 68-106.

5 - Sobre o perfil político e a distribuição das bancadas no Congresso, ver: *Radiografia do novo Congresso*, BOLETIM DO DIAP, Nsymbol 176 \f "Symbol" 10 Outubro/94.

nificativas. Com cerca de 42% da população do país, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste contam com 50% dos Deputados Federais; e, com cerca de 58% da população do país, as regiões Sul e Sudeste contam com 50% dos Deputados.

No horizonte político, podemos diferenciar entre dois tipos de reformas. Primeiro, as reformas constitucionais em pauta, através de programas de privatização, reordenação do Estado, e reforma fiscal e tributária, visando ao equilíbrio orçamentário e maior desempenho do Governo em áreas tradicionais de atuação. Segundo, as possíveis reformas estruturais, que visem à solução, ou minoração, do problema da distribuição de renda e da pobreza no país. Em ambos os casos, entretanto, o Governo esbarra nos interesses clientelistas, com dificuldades para a reordenação do Estado e obtenção do equilíbrio orçamentário; e nos interesses dos grupos oligopólicos das alianças efetivadas, como, por exemplo, na possível questão da reforma agrária e de outras reformas sociais.

Adicionalmente, o PSDB conta com um problema estrutural na sua ação política, e para a formulação e implementação de um projeto para o Brasil. Provenientes de espectros sócio-econômicos mais à direita do espectro social, o PSDB não conta com uma base sindical de representação e de apoio, como no caso dos partidos social-democratas europeus. Neste sentido, as ações do PSDB necessariamente oscilam entre os espectros políticos, com a dificuldade de formação e manutenção de uma base majoritária e estável de voto no Congresso Nacional.

Partidos de Representação Popular

Em quarto lugar, o PT apresenta considerável tendência de au-

Provenientes de espectros sócio-econômicos mais à direita do espectro social, o PSDB não conta com uma base sindical de representação e de apoio, como no caso dos partidos social-democratas europeus.

mento de sua maior viabilidade eleitoral, uma vez flexibilizados seus objetivos e metas, como ocorreu com os partidos de representação popular nos países capitalistas democráticos europeus, e nas recentes vitórias para os Governos do Distrito Federal e do Espírito Santo.

Historicamente, a questão fundamental da viabilidade eleitoral dos partidos de representação popular em sistemas capitalistas eleitorais deve-se à necessidade inequívoca do estendimento de suas bases eleitorais no espectro social.⁽⁶⁾

Na literatura, Marx previu o aumento contínuo das classes trabalhadoras e a diminuição progressiva das classes médias nos sistemas capitalistas. Entretanto, dados disponíveis para a Suécia, França, Alemanha, Brasil e Chile mostram que de 1880 a 1920, as classes trabalhadoras manuais urbanas e rurais aumentaram até 25%, e as classes médias artesanais de produção familiar caíram para cerca de 3%, da População Economicamente Ativa-PEA. A partir de 1920, contudo, as classes trabalhadoras nunca excederam a 25% do PEA, para todos estes países. É a partir de 1900, cresceram significativamente as classes médias dos funcionários públicos e de escritó-

rios, e demais grupos sociais do setor terciário.⁽⁷⁾ Neste sentido, para obter vitórias eleitorais em sistemas capitalistas majoritários de voto, os partidos de representação popular são levados a abrir mão do conteúdo de representação de apenas uma classe social, com o estendimento da base eleitoral para outros grupos sociais.

Adicionalmente, os partidos de representação popular passaram à profissionalização de suas estruturas partidárias, e à adequação de seus objetivos e mensagens, sem perder suas características de representação popular. Até a desestruturação da União Soviética, a social democracia europeia chegava a acordos políticos, denominados como sistemas hegemônicos, com a troca de perspectivas revolucionárias de médio e longo prazos, pela obtenção a curto prazo de ganhos econômicos e sociais para as classes trabalhadoras, através de benefícios sociais. Após a desestruturação da União Soviética, as ideologias de representação social têm sido repensadas, com ênfase atual na representação de interesses de caráter reivindicatório e de direitos civis, tendo como contraposição, ao mesmo tempo, instrumentos de pressão como greves e demais instrumentos concernentes.

O conflito básico de como se produz e como se divide a riqueza social perdura nas sociedades, independentemente dos formatos ideológicos que estas questões possam assumir nas circunstâncias históricas específicas de cada época, e de cada país.

6 - A. Przeworski, *Material Bases of Consent: Economics and Politics in a Hegemonic System*, in: *Political Power and Social Theory*, Universidade de Chicago, Chicago, 1979.

7 - A. Przeworski, *Social Democracy as a Historical Phenomenon*, Universidade de Chicago (mimeografia), 1979. Ver também: R. G. F. Pinto, *op. cit.*, pp. 11-22, 68-103.